



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Português  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## PORTUGUÊS

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Um antigo documentário**

*Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo – pude assistir, não faz muitos dias, a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas junto a tribos indígenas do Xingu. A reportagem, apesar de tecnicamente algo tosca, resultou muito expressiva; deve datar do início dos anos 60. No centro dela, repontava o delicado tema da “aproximação” que os brancos promovem em relação aos índios ainda isolados. Cláudio Vilas-Boas, que chefiava a expedição, mostrou plena consciência da tensão que envolve esses primeiros contatos, que acabarão provocando a desfigurações da cultura indígena.*

*Há quem defenda, com razão, que o melhor para os índios seria que os deixássemos em paz, às voltas com seus valores, hábitos e ritos. Mas acabaria não sendo possível evitar que, mais dia, menos dia, algum contato se estabelecesse – e com o risco de que brancos ambiciosos e despreparados mostrassem, eles sim, a “selvageria” de que somos capazes.*

*A delicadeza da missão dos irmãos Vilas-Boas está em que eles procuram respeitar ao máximo a cultura indígena, enquanto a põem em contato com a nossa. Melhor que ninguém, os irmãos sabem que não aproveitaremos nada de tanto o que têm os índios a nos ensinar (na dedicação aos filhos, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, os exporemos aos nossos piores vícios. Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos desse contato: uma gripe trazida pelo branco pode dizimar toda uma aldeia.*

*Hoje, décadas depois, o documentário parece assumir o valor de um testamento: são impressionantes as cenas em que um chefe indígena recusa, com veemência, presentes dos “civilizados”; ele parece adivinhar o custo de tais ofertas, e busca se defender do perigo mortal que vê nelas. O país desenvolveu-se muito nesse tempo, modernizou-se, povoou regiões recônditas do interior, abriu espaço para as “reservas”. Mas sabemos que a cultura do colonizador não é, necessariamente, melhor do que a do colonizado. Apenas se revelou a mais bem armada, a mais forte das duas. Melhor seria se fosse, também, a mais justa.*

(Roberto Melchior da Ponte, inédito)

1. A tese de que os índios nada ganham ao entrar em contato com o branco
  - (A) é contestada no primeiro parágrafo, quando se faz referência à atuação dos irmãos Vilas-Boas.
  - (B) é admitida no segundo parágrafo, embora seja vista como impossível de se defender na prática.
  - (C) não é considerada como plausível ou justa, pois a força está sempre do lado do colonizador.
  - (D) não é admitida em nenhum momento do texto, uma vez que não traduz a posição de Cláudio Vilas-Boas.
  - (E) é levada em conta no último parágrafo, para ser descartada em razão de empecilhos culturais.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a tensão demonstrada por Cláudio Vilas-Boas resulta da consciência dos perigos que esse primeiro contato acarretará mais tarde, para quem tomou a iniciativa dele.
- II. No terceiro parágrafo, expressa-se a dificuldade da missão de quem, ao mesmo tempo, respeita e expõe ao risco a vida e a cultura dos índios.
- III. No quarto parágrafo, a expressão *valor de um testamento* justifica-se pelo fato de os índios aculturados testemunharem a modernização do país.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Infere-se do texto que Cláudio Vilas-Boas, assim como seus irmãos, tem consciência de que sua missão é

- (A) justa, mas desnecessária.
- (B) necessária, mas inexecutável.
- (C) injusta, além de desnecessária.
- (D) difícil, além de justa.
- (E) necessária, apesar de injusta.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *apesar de tecnicamente algo tosca* = malgrado a técnica meio rudimentar.
- (B) *às voltas com seus valores* = contornando seus atributos.
- (C) *os exporemos aos nossos piores vícios* = os advertiremos do que há de pior em nossos males.
- (D) *recusa, com veemência* = nega-se, voluntariamente.
- (E) *não é, necessariamente, melhor* = não atende melhor essa necessidade.



5. A cultura do colonizador impõe-se, via de regra, pela força das armas, e não pela incontestável superioridade de seus valores éticos.
- Uma outra redação clara e correta do que acima se afirma pode ser:
- (A) Conquanto se imponha pela força das armas, os valores éticos da cultura do colonizador não contestam alguma superioridade.
- (B) Incontestavelmente, não há superioridade ética enquanto se impõem pelas armas, como é forçoso reconhecer, a cultura do colonizador.
- (C) A incontestável superioridade dos valores éticos de uma cultura mostra-se, como regra, pela imposição de suas armas.
- (D) É à força das armas, e não à discutível superioridade de seus valores éticos, que a cultura do colonizador recorre para se impor.
- (E) Costumeiramente, a cultura do colonizador, pela força das armas, impõe-se como incontestavelmente superior aos valores éticos.
- 
6. A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:
- (A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.
- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.
- 
7. É forçoso contatar os índios com delicadeza, para poupar os índios de um contato talvez mais brutal, em que exploradores submetessem os índios a toda ordem de humilhação, tornando os índios vítimas da supremacia das armas do branco.
- Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) poupá-los - os submetessem - tornando-os
- (B) poupá-los - lhes submetessem - os tornando
- (C) poupar-lhes - os submetessem - tornando-lhes
- (D) os poupar - submetessem-nos - lhes tornando
- (E) poupar a eles - os submetessem - tornando-lhes
- 
8. A frase em que ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:
- (A) Aos irmãos Vilas-Boas coube levar adiante, da melhor maneira possível, a missão que lhes foi confiada.
- (B) Respeitar a cultura do outro deveria ser uma obrigação para quem dispõe da superioridade das armas.
- (C) "Selvageria" vem entre aspas para deixar claro que esse termo não condiz com a situação analisada no texto.
- (D) O chefe indígena não hesitou em recusar os presentes que lhe foram oferecidos.
- (E) Os irmãos Vilas-Boas desempenharam um papel fundamental nas primeiras aproximações com grupos indígenas.
- 
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os brancos não deviam se arvorar como superiores diante dos índios.
- (B) Os documentários de que mais aprecio na TV Educativa podem fazer pensar.
- (C) Era delicadeza a missão de cujos termos aceitaram os irmãos Vilas-Boas.
- (D) Pena que não saibamos aproveitar nada uma cultura tão rica como a deles.
- (E) Cláudio realizou várias aproximações de cujos riscos era consciente.
- 
10. O termo entre parênteses pode substituir corretamente o termo sublinhado em:
- (A) *Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo (...) assisti a um documentário. (**certamente**)*
- (B) *A delicadeza da missão desses irmãos está em que eles respeitam ao máximo a cultura indígena. (**reside no fato de que**)*
- (C) *Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos do contato que estava fazendo. (**conquanto os riscos**)*
- (D) *Seria preferível que nossa cultura fosse mais justa a ser apenas a mais bem armada. (**do que apenas ser**)*
- (E) *Há quem defenda a ideia de que os índios seriam grandemente beneficiados se os deixássemos em paz. (**literalmente fariam melhor**)*



**Atenção:** As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneíza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.*

*O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.*

*Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.*

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

11. De acordo com o texto,
- (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
  - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
  - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
  - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
  - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

12. Considere as afirmativas seguintes:
- I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
  - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
  - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.

13. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
- (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
  - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
  - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
  - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
  - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



<p>14. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...</i></p> <p>(B) <i>Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.</i></p> <p>(C) <i>Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.</i></p> <p>(D) <i>Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.</i></p> <p>(E) <i>O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.</i></p>	<p>17. <i>O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...</i> (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:</p> <p>(A) <i>da tomada de decisões.</i></p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais.</i></p> <p>(C) <i>pelo conceito de cidadania.</i></p> <p>(D) <i>um mundo de tribos.</i></p> <p>(E) <i>no conhecimento do torcedor comum.</i></p>
<p>15. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:</p> <p>(A) <i>antes excluídos da tomada de decisões</i> (1º parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.</p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais</i> (1º parágrafo) = a identificação geral nos grupos.</p> <p>(C) <i>nessa brecha aberta pela industrialização</i> (1º parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.</p> <p>(D) <i>grupo étnico com certo caráter territorial</i> (3º parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.</p> <p>(E) <i>enriquecida por feitos esportivos</i> (3º parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.</p>	<p>18. ... que <u>prevalece</u> no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. (3º parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que <u>homogeneíza</u> todos os indivíduos.</p> <p>(B) ... o sentimento tribal é muito forte ...</p> <p>(C) ... <u>acompanha</u> o indivíduo por toda vida ...</p> <p>(D) ... que (...) <u>participam</u> no rito das danças guerreiras.</p> <p>(E) ... e <u>estão</u> espalhados por vários locais.</p>
<p>16. – <i>partido político, condição econômica, seita religiosa etc.</i> – (1º parágrafo)</p> <p>O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,</p> <p>(A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.</p> <p>(B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.</p> <p>(C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.</p> <p>(D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.</p> <p>(E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.</p>	<p>19. <i>Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.</i> (3º parágrafo)</p> <p>Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:</p> <p>(A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.</p> <p>(B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.</p> <p>(C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.</p> <p>(D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.</p> <p>(E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.</p>
	<p>20. <i>Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, <u>tomemos</u> uma definição mínima ...</i> (3º parágrafo)</p> <p>O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:</p> <p>(A) <u>Esperemos</u>, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.</p> <p>(B) <u>Sabemos</u> agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.</p> <p>(C) <u>Pretendemos</u>, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.</p> <p>(D) <u>Queremos</u> que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.</p> <p>(E) <u>Reconhecemos</u>, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. No que diz respeito à liberdade de reunião, é certo que
- (A) o instrumento jurídico adequado para a tutela da liberdade de reunião, caso ocorra lesão ou ameaça de lesão, ocasionada por ilegalidade ou arbitrariedade, é o *habeas corpus*.
  - (B) essa liberdade, desde que atendendo aos requisitos de praxe, não está sujeita a qualquer suspensão por conta de circunstâncias excepcionais como no estado de defesa.
  - (C) o prévio aviso à autoridade para realizar uma reunião limita-se, tão-somente, a impedir que se frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
  - (D) na hipótese de algum dos manifestantes, isoladamente, estiver portando arma de fogo, o fato não autoriza a dissolução da reunião pelo Poder Público.
  - (E) a autoridade pública dispõe de competência e discricionariedade para decidir pela conveniência, ou não, da realização da reunião.
22. Em matéria de Administração Pública, em conformidade com a Constituição,
- (A) a proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, mas não abrange suas subsidiárias e sociedades controladas pelo Poder Público.
  - (B) somente por lei específica poderá ser criada, diretamente, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, e autorizada a instituição de autarquia, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
  - (C) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, em casos especiais, como a de três cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissões regulamentadas, desde que observada, tão-somente, a compatibilidade de horários.
  - (D) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá, em qualquer hipótese, ser ampliada por modalidades de ato ou contrato administrativo.
  - (E) ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras disposições, a que determina que, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.
23. O veto no processo legislativo brasileiro, além de motivado, caracteriza-se por ser
- (A) verbal, informal, aditivo, insuperável ou absoluto, irretroatável e insuscetível de apreciação judicial.
  - (B) formal, expresso, aditivo, superável ou relativo, retratável e suscetível de apreciação judicial.
  - (C) expresso, formal, supressivo, superável ou relativo, irretroatável e insuscetível de apreciação judicial.
  - (D) informal, verbal, supressivo, superável ou relativo, irretroatável e suscetível de apreciação judicial.
  - (E) formal, expresso, aditivo, insuperável ou absoluto, retratável e suscetível de apreciação judicial.

24. Observados os requisitos de notório saber jurídico, de reputação ilibada e indicação em lista sêxtupla pelos órgãos de representação da respectiva classe, verifica-se que um quinto constitucional dos lugares do Tribunal Regional do Trabalho será composto de
- (A) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público com mais de cinco anos de efetivo exercício.
  - (B) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
  - (C) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício e juizes de direito com mais de dez anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.
  - (D) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício e advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional na Justiça do Trabalho.
  - (E) advogados ou membros do Ministério Público com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e juizes do trabalho com mais de cinco anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.

25. É correto afirmar:

- (A) O exercício de funções executivas do Conselho Nacional de Justiça, entre outras, é da atribuição do Ministro do Superior Tribunal de Justiça que exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça não dispõe de funções jurisdicionais; porém, é órgão de controle externo, constituindo-se como instância máxima do Poder Judiciário.
- (C) O Procurador-Geral da República, dentre outros, é considerado membro nato e representante do Ministério Público, porque oficia junto do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Os membros do Conselho Nacional de Justiça serão designados pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) O rol de competências do Conselho Nacional de Justiça é estritamente taxativo, por força da segurança jurídica, cabendo à lei qualquer outra atribuição.

26. É INCORRETO afirmar que o Tribunal de Contas da União tem competência para

- (A) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas, as sanções previstas em lei.
- (B) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando-se a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, as sanções previstas legalmente.
- (D) apreciar, no exercício de suas atribuições, a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.
- (E) sustar ou anular diretamente e de imediato a execução de contratos administrativos irregulares ou ilegais.



**Direito Administrativo**

27. A participação popular no controle da legalidade e moralidade da atividade administrativa pode ser exercida
- (A) mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, por qualquer pessoa que venha a tomar conhecimento de irregularidades ou ilegalidades praticadas em detrimento da Administração, sob pena de tornar-se solidariamente responsável.
- (B) mediante representação perante a própria Administração ou ao órgão do Ministério Público que tiver competência para apurar a prática da irregularidade ou ilegalidade apontada; mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou Tribunal de Contas e mediante propositura de Ação Popular.
- (C) somente pela via judicial, através da Ação Popular.
- (D) mediante denúncia ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, bem como mediante propositura de Ação Popular, somente sendo assegurado o direito de representar à autoridade administrativa aqueles cujos direitos subjetivos tenham sido atingidos pelo ato impugnado.
- (E) perante a própria Administração ou pela via judicial, mas apenas nas situações de lesão ou ameaça de lesão a direito individual.
- 
28. A prestação de serviços públicos, na forma prevista pela Constituição Federal,
- (A) incumbe sempre ao Poder Público, não podendo ser realizado por particulares.
- (B) pode ser atribuída ao particular, dispensada a licitação quando se tratar de permissão.
- (C) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.
- (D) é facultada aos particulares, independentemente de licitação, com base no princípio da livre iniciativa.
- (E) cabe exclusivamente ao Poder Público, quando tiver caráter essencial, e quando passível de remuneração, por tarifa cobrada diretamente do usuário.
- 
29. A responsabilidade extracontratual do Estado
- (A) pode decorrer de atos ou comportamentos que, embora lícitos, causem a pessoas determinadas ônus maior que o imposto aos demais membros da coletividade.
- (B) só incide quando o agente público pratica algum ato ilícito.
- (C) pode decorrer de comportamentos comissivos e omissivos, desde que presente o elemento doloso na conduta do agente público.
- (D) somente se verifica em face de comportamentos comissivos.
- (E) somente é admitida excepcionalmente, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- 
30. Pregão é a modalidade licitatória aplicável para
- (A) aquisição de bens e serviços comuns e para contratação de obras de pouca complexidade.
- (B) alienação de bens adquiridos por adjudicação judicial.
- (C) aquisição de bens e serviços com valor inferior a R\$ 80.000,00.
- (D) aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor.
- (E) alienação de bens inservíveis e aquisição de obras de arte.
- 
31. A União adjudicou imóvel em processo judicial de execução fiscal e, para sua alienação,
- (A) necessita de prévia autorização legislativa e deve adotar a modalidade licitatória concorrência, sendo, no entanto, inexigível a licitação.
- (B) não necessita de prévia autorização legislativa e pode adotar a modalidade licitatória pregão.
- (C) necessita de avaliação, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e deve adotar procedimento licitatório na modalidade concorrência ou leilão.
- (D) necessita de autorização legislativa, avaliação e deve adotar procedimento licitatório na modalidade concorrência ou convite, conforme o valor do imóvel.
- (E) não necessita de prévia autorização legislativa, dispensa avaliação e pode adotar a modalidade licitatória leilão.
- 
32. São exemplos de atuação concreta da Administração Pública fundada no poder de polícia em sentido estrito:
- (A) desapropriação de terras improdutivas.
- (B) penhora de bens em execução fiscal.
- (C) controle da concorrência e fixação de tarifas em setores regulados.
- (D) prisão de depositário infiel.
- (E) interdição de estabelecimentos comerciais.
- 
33. No procedimento licitatório, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira
- (A) devem contemplar, obrigatoriamente, a relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem a diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.
- (B) não podem contemplar a exigência de capital mínimo ou índices de liquidez.
- (C) devem limitar-se ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do último exercício e certidão negativa de falência.
- (D) somente podem estar presentes em licitações de grande vulto, que contemplem fase de pré-qualificação.
- (E) podem contemplar a exigência de garantia, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação.



<p>34. Os contratos de gestão realizados entre a Administração e as denominadas Organizações Sociais</p> <p>(A) não caracterizam convênio administrativo, não se sujeitando, pois, à fiscalização e controle por parte do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) são sempre passíveis de fiscalização e controle pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) podem ser celebrados com dispensa de licitação, em função de autorização legal específica, não estando sujeitos, nessa hipótese, ao controle e fiscalização pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) sujeitam-se ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas, exceto quando tenham por objeto a gestão de serviço público não-exclusivo.</p> <p>(E) são equiparados a convênio administrativo, quando celebrados com entidades com finalidade lucrativa, sujeitando-se, apenas em tal hipótese, ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Contabilidade Pública, Administração Orçamentária e Financeira</b></p> <p>37. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são leis de iniciativa</p> <p>(A) do Poder Legislativo.</p> <p>(B) do Poder Judiciário.</p> <p>(C) do Poder Executivo.</p> <p>(D) do Poder Executivo em conjunto com o Legislativo.</p> <p>(E) dos três Poderes em conjunto.</p>
<p>35. Ao verificar indícios de irregularidade em procedimento licitatório instaurado por sociedade de economia mista controlada pelo Estado, o Tribunal de Contas</p> <p>(A) poderá suspender o procedimento licitatório até a apreciação final da matéria.</p> <p>(B) deverá representar à Assembléia Legislativa, em função da competência privativa desta, para eventual suspensão do certame.</p> <p>(C) deverá representar à Assembléia Legislativa, em função da competência privativa desta, para eventual suspensão do certame e, não havendo apreciação das irregularidades apontadas, no prazo de 90 dias, poderá o Tribunal determinar a suspensão.</p> <p>(D) somente poderá atuar, determinando a suspensão do procedimento licitatório, na hipótese de vislumbrar risco de prejuízo à pessoa jurídica de direito público controladora da entidade.</p> <p>(E) somente poderá pronunciar-se após o término do procedimento licitatório, competindo-lhe determinar a sustação do contrato respectivo, caso verificada a ilegalidade do certame.</p>	<p>38. De acordo com a Lei nº 4.320/64, serão admitidas emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a</p> <p>(A) criar um programa educacional não-previsto no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(B) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.</p> <p>(C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.</p> <p>(D) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.</p> <p>(E) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio quando for provada a inexistência da proposta.</p> <p>39. Conforme a Lei nº 8.666/93, são modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços,</p> <p>(A) convite, concurso e leilão.</p> <p>(B) convite, concurso e pregão.</p> <p>(C) convite, pregão eletrônico e pregão presencial.</p> <p>(D) concurso, leilão e pregão.</p> <p>(E) leilão, pregão eletrônico e pregão presencial.</p>
<p>36. Nos contratos administrativos, admite-se</p> <p>(A) supressões, impostas unilateralmente pelo poder público ou firmadas por acordo entre as partes, observado sempre o limite de 25% do valor inicial do contrato.</p> <p>(B) alteração do objeto, para melhor atender ao interesse público.</p> <p>(C) acréscimos ou supressões, impostos unilateralmente pelo Poder Público, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(D) acréscimos ou supressões, impostos unilateralmente pelo Poder Público, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(E) acréscimos ou supressões, em qualquer percentual, desde que contem com anuência do contratado.</p>	<p>40. Sobre os Balanços elaborados em conformidade com a Lei nº 4320/64, considere:</p> <p>I. O ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis dependentes de autorização orçamentária e os valores numerários.</p> <p>II. O passivo financeiro compreenderá as dívidas flu tuantes e outras obrigações que independam de autorização orçamentária para pagamento.</p> <p>III. Os restos a pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.</p> <p>IV. O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.</p> <p>V. O ativo permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>





41. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público quando constatarem
- I. o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
  - II. que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 85% do limite definido em lei.
  - III. que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites.
  - IV. que os gastos com inativos e pensionistas ultrapassou 90% do limite definido em lei.
  - V. fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

42. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de
- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
  - II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
  - III. representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
  - IV. assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
  - V. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

43. No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA, a previsão de receita foi de R\$ 3.000.000,00 e a fixação de despesa corrente e despesa de capital no valor de R\$ 2.000.000,00 e R\$ 1.000.000,00, respectivamente.

Durante o primeiro semestre, ocorreram os seguintes eventos contábeis:

Recebimento, em doação, de um imóvel no valor de R\$ 500.000,00.

Arrecadação de impostos municipais no valor de R\$ 1.200.000,00.

Arrecadação de taxas de serviços no valor de R\$ 300.000,00.

Recebimento de venda de produtos industrializados no valor de R\$ 200.000,00.

Recebimento de venda por leilão de veículos no valor de R\$ 250.000,00, pelo valor de custo.

Captação de empréstimo para suprimento de insuficiência de caixa no exercício financeiro no valor de R\$ 500.000,00.

Recebimento de caução por conta de contrato de construção de edificações no valor de R\$ 1.000.000,00.

De acordo com os fatos descritos, após os lançamentos dos eventos contábeis, as receitas correntes e as receitas de capital arrecadadas foram, respectivamente, em reais,

- (A) R\$ 1.500.000,00 e R\$ 450.000,00
- (B) R\$ 1.500.000,00 e R\$ 950.000,00
- (C) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 200.000,00
- (D) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 250.000,00
- (E) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 750.000,00



44. A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Norte decidiu por licitar a compra de merenda escolar para a Escola Municipal. O montante previsto para a despesa para o ano de 20x1 era de R\$ 700.000,00. Tendo em vista que a arrecadação dar-se-ia durante o ano civil, em conformidade com a Lei nº 8666/93, dentro de alternativas possíveis, o prefeito poderia
- (A) autorizar a abertura de 10 processos de licitação em modalidade de convite no valor de R\$ 70.000,00 cada um, um a cada mês, tendo em vista a previsão de arrecadação das receitas para o ano corrente.
  - (B) efetuar a abertura de um processo de licitação no valor de R\$ 700.000,00, na modalidade de concorrência, com previsão de entrega e pagamento em 10 parcelas mensais.
  - (C) efetuar a abertura de um processo de licitação no valor de R\$ 700.000,00, na modalidade de tomada de preços, com previsão de entrega e pagamento em 10 parcelas mensais.
  - (D) autorizar a abertura de dois processos de licitação no valor de R\$ 350.000,00, na modalidade de tomada de preços, um em cada semestre, tendo em vista a previsão de arrecadação para o primeiro e segundo semestre.
  - (E) autorizar a abertura de quatro processos de licitação no valor de R\$ 175.000,00 cada, na modalidade de tomada de preços, em bases trimestrais, conforme a previsão de arrecadação para os trimestres respectivos.

---

### Noções de Administração e de Administração de Recursos Humanos

45. Com relação à avaliação de desempenho na área de recursos humanos, considere:
- I. O seu objetivo é medir, avaliar e monitorar exclusivamente os resultados concretos e finais que se pretende alcançar dentro de certo período de tempo.
  - II. É um excelente meio pelo qual se localizam problemas de supervisão e gerência, de integração das pessoas à organização, de adequação da pessoa ao cargo e de carências de treinamento.
  - III. A avaliação do desempenho num cargo é contingencial, varia de pessoa para pessoa, depende do contexto e de inúmeros fatores condicionantes.
  - IV. A mensuração é o fator central num sistema de avaliação e seu objetivo é indicar como um desempenho determinado pode ser comparado com padrões objetivos.
  - V. A avaliação de desempenho deve cobrir somente o comportamento da pessoa no cargo ocupado, evitando a inclusão de outros fatores, como o alcance de metas e objetivos, que devem ser separados do processo dessa avaliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
  - (B) I, II, IV e V.
  - (C) II, III e IV.
  - (D) II, III, IV e V.
  - (E) II, III e V.
- 
46. Competência interpessoal é a habilidade de
- (A) utilizar o poder do conhecimento para fazer as pessoas se comportarem de acordo com os seus objetivos.
  - (B) separar claramente os aspectos emocionais dos aspectos técnicos nos conflitos interpessoais, procurando neutralizar os primeiros e ressaltar os segundos.
  - (C) resolver os conflitos de percepção interpessoais utilizando técnicas de *brainstorming*.
  - (D) envolver todos no processo de decisão por meio de processos de gestão participativa.
  - (E) desenvolver acurada percepção da situação, de suas variáveis relevantes e suas respectivas inter-relações.



<p>47. Com relação às condições para emergência de conflitos dentro de uma organização, considere:</p> <p>I. Quando os papéis dentro de uma organização são ambíguos, a probabilidade de que as pessoas sintam que estão trabalhando para objetivos incongruentes é grande.</p> <p>II. Toda forma de hierarquia e departamentalização funcional leva a diferenciações internas às organizações que geram tensões e resultam quase sempre em conflitos.</p> <p>III. As atividades e os objetivos dos grupos dentro de uma organização são interdependentes, surgindo oportunidades para que um grupo possa apoiar ou prejudicar o trabalho dos demais.</p> <p>IV. Como os recursos compartilhados por uma organização são sempre limitados e escassos, quando um grupo deseja ampliar seus recursos outro grupo terá de perder ou abrir mão de uma parte dos seus.</p> <p>V. Quando existem objetivos concorrentes, por força da especialização, desenvolve-se a percepção de interesses e objetivos diferentes, inevitavelmente incompatíveis.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, IV e V.          (B) I, III e IV.          (C) II, III e IV.          (D) II, III, IV e V.          (E) II, III e V.</p>	<p>50. Com relação ao planejamento estratégico, considere:</p> <p>I. Toda organização deve estar envolvida, inclusive recursos, potencialidades e habilidades, com o objetivo de se alcançar o efeito holístico e a sinergia resultantes da interação de todos esses fatores.</p> <p>II. Como instrumento de tipo genérico, o planejamento estratégico não pode ser desdobrado em planos táticos e operacionais.</p> <p>III. É orientado para a relação entre a empresa e seu ambiente de tarefa, ficando exposto às incertezas e à imprevisibilidade dos eventos ambientais.</p> <p>IV. O planejamento estratégico de uma organização não pode incluir o desejo de assegurar a continuidade, pois este é adequado apenas ao objetivo de expansão de atividades ou aumento de produtividade.</p> <p>V. Quando o objetivo estratégico é organizacional e global, os retornos positivos devem beneficiar todos os <i>shareholders</i> da organização, mas não os <i>stakeholders</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e V.          (B) I e III.          (C) II, III, IV e V.          (D) II, III e V.          (E) II e IV.</p>
<p>48. São práticas de gestão de pessoas que podem influenciar positivamente o profissional terceirizado:</p> <p>(A) Efetuar a avaliação periódica do trabalho do terceirizado e fornecer <i>feedback</i> para a empresa contratante.</p> <p>(B) Estabelecer programas de controle gerencial exclusivo para os terceirizados, demonstrando desta forma que o mau desempenho do terceirizado pode estar sujeito a punição.</p> <p>(C) Separar claramente as áreas de uso comum dos terceirizados, como banheiros e refeitórios, daquelas que são exclusivas dos empregados.</p> <p>(D) Tratar o terceirizado como um profissional que impõe um custo adicional para a empresa e que, portanto, sua produtividade deve ser maior do que a dos empregados.</p> <p>(E) Exigir dos terceirizados treinamento orientado especificamente para a execução das tarefas dentro da organização.</p>	<p>51. Na Era da Informação, a Administração de Recursos Humanos vê as pessoas</p> <p>(A) como ativos empresariais que devem ser valorizados, visando ao aumento da produtividade associada à introdução dos computadores.</p> <p>(B) de maneira igualitária, por meio de processos homogêneos de seleção, alocação em cargos, treinamento, remuneração, benefícios e avaliação de desempenho.</p> <p>(C) como essencialmente diferentes, que devem ter sua personalidade, conhecimento, atitude e comportamento respeitados e até valorizados.</p> <p>(D) como se fossem os donos da organização, devendo participar das decisões estratégicas e compartilhar de forma equivalente dos resultados alcançados.</p> <p>(E) como elementos essenciais para o funcionamento da organização, tendo cada um seu lugar na hierarquia e seus direitos aos benefícios definidos pelo princípio da isonomia.</p>
<p>49. Na gestão de contratos, o método mais adequado de custeio quando os custos indiretos constituem um percentual elevado dos custos totais é o de custeio</p> <p>(A) tradicional.          (B) variável.          (C) por absorção.          (D) ABC.          (E) por objetivos.</p>	<p>52. A manutenção e atualização de um banco de dados em um Sistema de Gestão de Recursos Humanos é responsabilidade</p> <p>(A) apenas dos usuários em cargos de gerência.          (B) de todos os especialistas de RH.          (C) do próprio sistema por meio do processo de <i>feedback</i>.          (D) de todos os <i>stakeholders</i> de uma organização.          (E) de todos os funcionários da organização.</p>



53. O recrutamento interno para uma organização que deseja tornar-se mais competitiva tem, dentre outras, a vantagem de
- (A) permitir a circulação de ideias, experiências e expectativas inovadoras.
  - (B) motivar e encorajar o desenvolvimento profissional dos funcionários.
  - (C) conservar intacta a cultura organizacional existente.
  - (D) ser ideal para situações de estabilidade e pouca mudança ambiental.
  - (E) ter custo financeiro igual ao de um recrutamento externo.

54. O método de avaliação de desempenho mais adequado para assegurar o ajustamento de funcionário às demandas que ele recebe do ambiente interno e externo à organização é a advinda da
- (A) comissão de avaliação de desempenho.
  - (B) avaliação para cima.
  - (C) avaliação 360°.
  - (D) autoavaliação.
  - (E) avaliação gerencial.

55. Entre os métodos de desenvolvimento de pessoas fora do cargo, aquele que permite o aumento de experiência e estimula o desenvolvimento de novas ideias é o de
- (A) rotação de cargos.
  - (B) aprendizagem prática.
  - (C) tutoria.
  - (D) aconselhamento de funcionários.
  - (E) *management games*.

56. Com relação à gestão por competências, considere:
- I. O modelo de gestão por competências visa a alcançar os objetivos da organização por meio do alinhamento da missão, visão e valores; as estratégias do negócio com as estratégias do capital humano.
  - II. Uma das maiores dificuldades para a implantação da gestão por competências nas organizações está na resistência do órgão de RH.
  - III. Para que esse modelo gerencial traga os resultados esperados, é necessário que as organizações definam as necessidades a médio e a longo prazo, garantindo assim o alinhamento com o plano estratégico.
  - IV. Uma das principais vantagens do modelo de gestão por competências é o alinhamento dos investimentos em treinamento às metas estratégicas da organização.
  - V. A principal ferramenta da gestão por competências é o recrutamento externo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II, III e IV.

### Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Atenção: As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

57. Para a aplicação das penalidades de demissão e de suspensão de trinta e um dias até noventa dias, inclusive, são competentes, respectivamente, o
- (A) Órgão Especial e o Diretor-Geral do Tribunal.
  - (B) Presidente do Tribunal e o Órgão Especial.
  - (C) Presidente de Tribunal e o Diretor-Geral do Tribunal.
  - (D) Órgão Especial e o Presidente do Tribunal.
  - (E) Presidente do Tribunal e o Corregedor-Geral.

58. Considere:

- I. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região compõe-se de trinta e seis Desembargadores.
- II. A Escola Judicial e a Ouvidoria são vinculadas ao Órgão Especial.
- III. Os Desembargadores somente poderão ser eleitos para um cargo de direção ou mandato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

59. As sessões do Tribunal Pleno serão presididas pelo Presidente. Em regra, nos casos de ausência, impedimento ou suspeição do Presidente, presidirá a sessão, pela ordem, o
- (A) Vice-Presidente Administrativo, o Vice-Presidente Judicial e o Corregedor ou o Desembargador mais antigo.
  - (B) Vice-Presidente Judicial, o Vice-Presidente Administrativo e o Corregedor ou o Desembargador mais antigo.
  - (C) Corregedor ou o Desembargador mais antigo, o Vice-Presidente Administrativo e o Vice-Presidente Judicial.
  - (D) Corregedor ou o Desembargador mais antigo, o Vice-Presidente Judicial e o Vice-Presidente Administrativo.
  - (E) Vice-Presidente Judicial, o Vice-Presidente Administrativo e o Presidente do Órgão Especial.

60. A autuação de processo cuja classe não encontre correspondência deverá ser efetivada na classe que possui a seguinte abreviação:

- (A) "Atent".
- (B) "Sind".
- (C) "AP".
- (D) "Pet".
- (E) "Cons".

